



DEFENSORIA PÚBLICA

D I S T R I T O F E D E R A L

**AO JUÍZO DE DIREITO DA Xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA-DF.**

Autos nº XXXXXXXXX

Divórcio Litigioso

FULANA DE TAL, brasileira, casada, do lar, telefone (X) XXXXXXXX, nascida em DATA, portadora do RG XXX, inscrita no CPF n. XXXX, e-mail XXX, residente e domiciliada na ENDEREÇO CEP XXXX, vem à presença de Vossa Excelência por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 335 e ss. do CPC, apresentar

CONTESTAÇÃO

em face das alegações contidas na Ação de Divórcio Litigioso c/c Partilha de Bens que lhes é movida por **FULANO DE TAL**, brasileiro, casado, militar da reserva remunerada, portador da cédula de identidade n. XXXXX, inscrito no CPF sob número XXXXX, residente e domiciliado na ENDEREÇO, CEP XXXXX, já qualificado no feito em questão, pelos fatos e fundamentos que ora se seguem:

I - SÍNTESE DA EXORDIAL:

01. O Requerente propôs ação objetivando a decretação do divórcio

das partes, bem como partilha de bens;

02. As partes formalizaram matrimônio em DATA, sob o regime “comunhão parcial de bens”, conforme Certidão de Casamento (ID XXXX) juntada aos autos, sendo que, de fato, a união durou até a primeira quinzena de XXXX;
03. Do enlace matrimonial nasceram dois filhos: FULANO DE TAL, nascido em DATA, e FULANO DE TAL, nascido em DATA. Atualmente, ambos maiores, capazes, saudáveis e mantendo seus próprios sustentos;
04. O Requerente alegou que buscou entendimento com a ré no sentido de firmarem divórcio consensual, supostamente negado pela Requerida;
05. O Requerente é militar inativo do Corpo de Bombeiros Militar do ESTADO, sendo que a ré não possuía nenhuma atividade remunerada até a separação de fato do casal.
06. Na constância do casamento as partes constituíram patrimônio, conforme especificado a seguir:

ITEM	VALOR	DESCRIÇÃO SUCINTA
1	R\$xxx	Imóvel em CIDADE
2	R\$xxx	Imóvel no CIDADE
3	R\$xxx	Veículo MARCA
4	R\$xxx	Motocicleta MARCA, ano ANO

TOTAL R\$xxx

07. O Requerente relatou que os bens deverão ser divididos na proporção de 50% para cada cônjuge.
-

-
08. Quanto aos alimentos, o Requerente informou que a Requerida não exercia atividade remunerada até a separação de fato e atualmente é provida pelo autor de forma livre e voluntária, embora tenha ocorrido o rompimento da vida em comum, sendo que ela – Requerida – dispõe de cartão de conta conjunta, realizando livremente os gastos necessários à manutenção de seu modo de vida.
09. *Ipisis litteris* exarou que, “adicionalmente, a ré recebe diretamente os valores de aluguel do imóvel localizado **ENDEREÇO**. O imóvel encontra-se alugado pelo valor aproximado de R\$ X”, pugnando que, eventual prestação de alimentos, seja consignado em audiência de conciliação, oportunidade que a ré poderá expor sua atual situação econômica.
10. Por fim, emendou a inicial visando a exclusão de sua titularidade da conta corrente **conjunta** no Banco X – Agência X – Conta Corrente X.

II - DA REALIDADE FÁTICA E DA CONTESTAÇÃO

11. Preliminarmente é importante salientar que a Requerida não deseja manter vínculo matrimonial com o Requerente, contrapondo a alegação que aquele teria buscado entendimento no sentido de firmarem divórcio consensual, supostamente negado pela Requerida;
12. A Requerida deseja retornar seu nome ao *status quo* de solteira, ou seja, **FULANA DE TAL**, conforme registro originário na Certidão de Casamento, documento ID XXXX;
-

-
13. A Requerida declara que, realmente, não possuía nenhuma atividade remunerada até a separação de fato do casal e que, após a separação de fato, passou a receber diretamente os valores de aluguel do imóvel localizado ENDEREÇO. O imóvel encontra-se alugado pelo valor aproximado de R\$ X. Essa é a sua atual e única fonte de renda.
14. Ocorre, Excelência, que o novo contexto exigiu mudanças na qualidade de vida da Requerida, necessitando **adaptações, ajustes e abdições**, sendo que esses R\$ X supracitados não são suficientes para a manutenção de sua qualidade de vida no novo contexto.
15. Assim, devido ao longo tempo que permaneceu sob o regime do casamento, dedicando-se exclusivamente à instituição familiar, não conseguiu se capacitar e encontra-se desempregada atualmente, necessitando de alimentos por parte do Requerente ao importe de 30% (trinta por cento) sobre seus rendimentos brutos, abatidos os descontos compulsórios.
16. A prestação de pensão de alimentos a ex-cônjuge decorre do dever de mútua assistência e da solidariedade, mesmo após a dissolução da sociedade conjugal, nos termos dos artigos 1694 e 1695, ambos do Código Civil. São pressupostos para a configuração da referida obrigação, portanto a necessidade de quem os requer, assim como a incapacidade do alimentando de prover o próprio sustento, em somatório com a capacidade contributiva do alimentante.

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

17. Salienta-se que o Requerente é aposentado pelo Corpo de Bombeiros Militar do CIDADE e percebe renda mensal bruta de R\$ X, conforme dados disponíveis no Portal da Transparência, do Governo do CIDADE, atualizado até DATA. Fonte: X
18. A Respeito da necessidade de a Requerida receber alimentos, ou seja, auxílio financeiro, é este o entendimento do TJDF:

APELAÇÃO CÍVEL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EX-CÔNJUGES. BINÔMIO NECESSIDADES/POSSIBILIDADES. ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. NECESSIDADE DA ALIMENTADA. MANUTENÇÃO DOS ALIMENTOS IN NATURA. De acordo com a jurisprudência pátria, nos termos dos artigos 1.694 e 1.695, do Código Civil, os alimentos entre os ex-cônjuges serão, em regra, excepcionais e temporários, ressalvadas as hipóteses de incapacidade laboral permanente, ou a **impossibilidade prática de inserção da alimentada no mercado de trabalho, quando os alimentos serão devidos de acordo com o binômio necessidades/possibilidades.**

Alterado o equilíbrio econômico entre as partes, os alimentos anteriormente fixados devem ser revistos, atendido o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. (destacamos)

([Acórdão n.1008453](#), 20150111363540APC, Relator: ESDRAS NEVES 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 29/03/2017, Publicado no DJE: 11/04/2017. Pág.: 272/285)

19. Ainda, sobre o entendimento do TJDFT:

Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS Gabinete do Des. Gilberto Pereira de Oliveira Número do processo: 0702912-67.2018.8.07.0020 Classe judicial: APELAÇÃO CÍVEL (198) APELANTE: C. A. D. R. APELADO: M. M. D. S. EMENTA DIREITO CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. PRODUÇÃO DE PROVAS. EX-CÔNJUGES. ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA. NÃO DEMONSTRADA. NECESSIDADE DA ALIMENTADA. IMPOSSIBILIDADE DE REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. IDADE AVANÇADA. PROBLEMAS DE SAÚDE. APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Não há cerceamento de defesa quando o juiz julga antecipadamente o pedido, nos termos do art. 355, inciso I do Código de Processo Civil, se já firmou a sua convicção sobre os fatos, uma vez que o juiz é o destinatário da prova, sobretudo, quando a prova testemunhal e pericial se revelam nitidamente desnecessárias. 2. **A exoneração dos alimentos depende da demonstração da existência de alteração da capacidade financeira do alimentante ou da necessidade da alimentada, nos termos do contido no artigo 1.699 do Código Civil.** 3. No caso, não há como se adotar a tese da temporalidade dos alimentos prestados a ex-cônjuge, **tendo em vista que esta se dedicou a atividades domésticas por 38 anos, estando idosa e**

doente, sem condições de se qualificar profissionalmente e de se inserir no mercado de trabalho. Lado outro, não se evidenciou decréscimo patrimonial do apelante que conduza a conclusão de que se encontra impossibilitado de cumprir com o encargo assumido quando do divórcio. 4. Apelação conhecida e desprovida. Sentença Mantida. (destacamos)

(Acórdão n.1178475, 07029126720188070020, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/06/2019, Publicado no DJE: 18/06/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

20. Não obstante ao fato de o Requerente demonstrar que não deseja prestar os alimentos, ele deseja cancelar o plano de saúde da Requerida, da condição de “dependente” do titular, do X. Hoje sabemos sobre a dificuldade, além do custo, em se contratar um plano de saúde particular para alguém com X anos de idade que, no caso, é a Requerida, nascida em DATA.
 21. **A Requerida pleiteia a continuidade no plano de saúde do X, conforme matrícula X.**
 22. Quanto aos bens patrimoniais, a Requerida reconhece a constituição de todos. Porém, refuta que o veículo **X**, esteja sob a sua posse. Na verdade, esse veículo está em posse do filho comum FULANO DE TAL, nascido em DATA, de comum acordo entre Requerente e Requerida, no ano de ANO, bem antes da separação de fato. Assim, **esse automóvel não deve compor o rol de bens a serem partilhados.**
 23. Ante todo o exposto, os pedidos formulados na exordial devem ser JULGADOS PROCEDENTES EM PARTE, somente quanto à decretação do divórcio.
-

III - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme artigo 98 do CPC;
 - b) a PROCEDÊNCIA PARCIAL dos pedidos formulados na exordial;
 - c) a decretação do divórcio das partes, determinando-se o envio do mandado de averbação ao cartório competente;
 - d) a procedência do pedido para que a Ré volte a utilizar seu nome de solteira: **FULANA DE TAL.**
 - e) Que sejam fixados alimentos em desfavor FULANO DE TAL à FULANA DE TAL no importe de 30% (trinta por cento) sobre os seus rendimentos brutos, abatidos os descontos compulsórios;
 - f) A continuidade da dependente FULANA DE TAL no plano de saúde patrocinado pelo Corpo de Bombeiros Militar do CIDADE, matrícula X.
 - g) A partilha dos bens elencados na exordial, excluindo se o veículo X, sendo avaliado pelo Requerente em R\$ X.
 - h) a condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (artigo 3º, da Lei
-

Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016) e recolhidos junto ao Banco do Brasil – Agência 4200-5, Conta 6830-6 (PRODEF).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal da parte contrária e oitiva das testemunhas que serão arroladas em momento oportuno.

Termos em que pede deferimento

CIDADE/DATA.

Requerida

Defensoria Pública do Distrito Federal
